

POPPER E OS PARADOXOS DA SOBERANIA: POR QUE NA POLÍTICA SEMPRE DEVEMOS ESTAR PREPARADOS AO MÁXIMO PARA O PIOR?

POPPER AND THE SOVEREIGNTY PARADOXES: WHY IN POLITICS SHOULD WE ALWAYS BE PREPARED TO THE MAXIMUM FOR THE WORST?

*Daniel Mota Vieira*¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo uma breve análise da alegação do filósofo Karl Popper (1902-1994) de que em relação à política sempre devemos estar preparados “ao máximo para o pior”. O autor mostra que organizar as instituições políticas de uma forma adequada a evitar que os governantes incompetentes ou malfeitores gerem demasiados estragos é um dever de toda a sociedade que preza pela liberdade. Essa abordagem revela-se profícua ao superar a ingênua noção de que a democracia é meramente o “governo da maioria”; apontando que esse regime é aquele que, sobretudo, é capaz de disponibilizar a todos os cidadãos meios democráticos ou pacíficos de controle governamental. Concluiremos, a partir disso, que a soberania é demasiadamente paradoxal e, por meio de um contraste epistêmico entre a visão liberal, abraçada por Popper, e planificadores centrais, veremos a ilimitação do poder como inconcebível.

Palavras-chave: Karl Popper, política, epistemologia, soberania, poder político, democracia.

Abstract: This paper aims at a brief analysis of Karl Popper's (1902-1994) claim that in relation to politics we should always be prepared "to the maximum for the worst". The author shows that organizing political institutions in a way that will prevent incompetent rulers or evildoers from generating too much damage is a duty of the whole society that values liberty. This approach is useful in overcoming the naive notion that democracy is only the "majority rule"; showing that this regime is one that, above all, is capable of making available to all citizens democratic or peaceful means of governmental control. We will conclude from this that sovereignty is too paradoxical and, through a contrast between the liberal view, embraced by Popper, and central planners, we will see the unlimited power as inconceivable.

Keywords: Karl Popper, politics, epistemology sovereignty, politic power, democracy.

1. Introdução

Platão (428/27-348/47 a. C.), a partir de sua ideia de justiça, exigiu que, fundamentalmente, os governantes naturais governem e os escravos naturais sejam escravizados. Ao dizer que os sábios hão de governar e os ignorantes hão de segui-los, o filósofo ateniense atende à exigência historicista de que o Estado, para ser rígido à mudança, deve ser uma cópia da sua ideia ou de sua verdadeira natureza.

¹ Mestrando em Filosofia - UFRRJ. E-mail: dmv95.ufrj@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5431-0846>.

Philip Parvin observa, com bastante acuidade, que o historicismo, na ótica de Popper, consiste na doutrina que “[...] *is characterized primarily by the claim that it is appropriate role of the social scientist to seek those historical laws which determine the nature and content of society and, hence, that sociology is little more or less than the study of theoretical history.*”² Tal doutrina tem sua melhor apresentação em Heráclito (540 a. C. – 470 a. C.), o primeiro filósofo a descobrir e teorizar o problema do devir. Para esse pensador, a identificação entre mundo e cosmos – a visão do mundo como um edifício construído - encontrava-se vituperada e a realidade consistia em um interminável fluxo das coisas. Tamanha ênfase, concatenada com a crença em uma inexorável lei do destino, originou a mais importante influência historicista.

Para Popper, a visão heraclitiana era inspirada pelos distúrbios políticos da época e o mesmo pode ser dito da filosofia platônica.³ Platão proferiu uma lei do desenvolvimento histórico. Para o ateniense, todas as mudanças perceptíveis, inclusive as sociais, eram sintomas de corrupção e decadência; no entanto, acreditava ele ser possível interromper tal processo.⁴ Parte a política platônica da premissa de que a racionalidade e o conhecimento são qualificações indispensáveis para o poder político, considerando que essas virtudes intelectuais dominam uma minoria dos homens.⁵ A partir disso, o problema fundamental da política ficava resumido ao inventário sobre quem deve e quem não deve governar.

Uma vez posta a referida questão, é difícil, de acordo com Popper, evitar uma resposta como: “os melhores devem governar” ou “aquele que domina a arte do governo”. Embora esse tipo de resposta soe convincente aos nossos ouvidos, ela é perfeitamente inútil.⁶ As razões dessa insatisfatoriedade serão os principais objetos de nossa preocupação.

² PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers (Karl Popper)*. v. 14. Edited by John Meadowcroft. Continuum Books, 2010. p. 53, grifos do autor.

³ “Heráclito [diga-se o mesmo de Platão] [...] viveu numa era de revolução social. Foi no seu tempo que as aristocracias tribais gregas começaram a ceder passo à força nova da democracia” (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*. v. 1. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte – São Paulo: Itatiaia – EDUSP, 1974. p. 26).

⁴ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*. Translated by Patrick Camiller. London and New York: Routledge, 1997.

⁵ QUINTON, A. “Karl Popper: Política sem essência”. In *Filosofia política contemporânea*. Anthony de Crespigny e Kenneth R. Minogue (Eds.). Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. pp. 179-201

⁶ “Creio que, ao expressar o problema da política sob essa forma, “quem deve governar?” ou “de quem deve ser a vontade suprema?” etc., Platão criou uma confusão duradoura na filosofia política – uma confusão análoga, aliás, à que criou no campo da filosofia moral quando identificou o coletivismo com o altruísmo [...]. Uma vez formulada a pergunta “quem deve governar?” é difícil evitar uma resposta como “os melhores”, “os mais sábios”, “o governante nato” ou “aquele que domina a arte do governo” (ou,

Para início de conversa, qualquer uma das respostas acima apontadas pode convencer-nos de que um problema fundamental da teoria política foi solucionado, mas, em uma ótica distinta, vemos que, ao nos perguntarmos sobre quem deve governar, apenas contornamos os problemas fundamentais. Popper diz que até aqueles que compartilham dessa suposição platônica reconhecem que os governantes nem sempre são “bons” ou “sábios”, conforme o almejado; e que, além disso, não é fácil a obtenção de um governo em que possamos confiar irrestritamente na benevolência ou na sabedoria do mesmo. A consequência de tal fato, à qual nos dedicaremos em nossa análise, é que sempre devemos torcer para que os melhores cheguem ao governo; mas que, por outro lado, devemos estar preparados para ter os piores dirigentes. Tamanha situação acaba por alterar o problema fundamental da política, i.e., ficamos forçados a substituir a pergunta “Quem deve governar?” por outra: “Como podemos organizar as instituições políticas de modo que os governantes maus ou incompetentes possam ser impedidos de fazer demasiados estragos?”⁷

Os que consideram que a pergunta mais antiga é fundamental supõem que o poder político é, em essência, irrestrito. Assumem, seja por via de um individualismo naturalista ou de uma concepção holista, que alguém detém o poder e que, a partir disso, pode fazer praticamente tudo, inclusive reforçar o próprio poder. Acreditam, no fim das contas, que o poder político detém essencialmente a soberania (De fato, a partir dessa suposição, a pergunta sobre quem deve ser o soberano é a que realmente resta). Evidenciaremos que essa consideração trouxe à luz o choque epistêmico entre a visão liberal, abraçada por Popper, e a de planejadores centrais, que, independente das posições que ocupem em um espectro político, creem que uma pessoa ou grupo é capaz de, suprimindo a diversidade dos movimentos sociais, governar de maneira legítima ou instaurar bens que, de acordo com Popper, cabem à iniciativa pessoal, como a felicidade.

A princípio, Popper assinala que existem sérias objeções à aceitação precipitada dessa teoria. Independente de seus méritos especulativos, ela, sem dúvidas, é uma suposição muito irrealista. Nunca o poder político foi exercido de forma ilimitada e, desde que os homens permaneçam humanos, não haverá poder político que seja

quem sabe, “a Vontade Geral”, “a Raça superior”, “os Trabalhadores Industriais” ou “o Povo” (POPPER, K. R. “Os paradoxos da soberania”. In *Karl Popper: textos escolhidos*. David Miller (Org.). Tradução de Vera Ribeiro. Revisão da tradução por César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010. p. 311).

⁷ POPPER, K. R. “Os paradoxos da soberania”, p. 312.

absoluto ou irrestrito. Enquanto não estiver ao cabedal do homem acumular consigo todo o poder físico e capacidade epistêmica suficiente que lhe proporcione dominar todos os outros, ele dependerá de auxiliares. Até mesmo um tirano muito perverso acaba por depender de organizações, como uma polícia secreta ou carrascos. Nunca a vontade de um só homem pode imperar sem abrir mão de seu poder para aliciar forças que não pode conquistar. É justamente sobre esse e mais alguns aspectos paradoxais da soberania que iremos nos debruçar.

2. “Na política sempre devemos estar preparados ao máximo para o pior”

Afirma Popper que “[...] toda a teoria da soberania deixa de enfrentar uma questão mais fundamental: a de saber se devemos ou não nos empenhar num controle institucional dos governantes, equilibrando os poderes deles com outros”.⁸ Objetores podem asseverar, conforme vimos em nossa introdução, que, na prática, é inviável manter tal controle e que, além disso, essa afirmação é inconcebível pelo fato de o poder político, em si, ser soberano.⁹ Apontamos que, de acordo com o filósofo, tais objeções são dogmáticas e refutadas pelos fatos e, com elas, caem por terra outras concepções que até são bastante influentes, como a de que a alternativa à ditadura de uma classe é a ditadura de outra classe.¹⁰

Segue-se que, no enfrentamento da questão do controle institucional dos governantes devemos presumir a ideia de que os governos nem sempre são “bons” ou agem sabiamente. Em um contexto histórico, afirma Popper, até podemos ir um pouco além; ou seja, é sensato acreditar que raramente os governantes ficam acima da média

⁸ POPPER, K.R. “Os paradoxos da soberania”. In: *Karl Popper: textos escolhidos*, p. 313.

⁹ Analisando a obra *As origens do totalitarismo* (1951), de Hannah Arendt (1906-1975), Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999) nos mostra que uma vez no poder, a revolução totalitária radicaliza a ponto de impedir que o movimento seja absorvido pelo Estado. O aparato estatal, nessa conjuntura, é utilizado como “fachada” a fim de representar o país no mundo não totalitário; e, no entanto, o poder real continua apenas nas mãos do movimento, identificado com o partido. O instrumento fundamental de dominação deste é a polícia secreta que, em suas atribuições, é muito mais relevante, porque mais adequada ao poder totalitário, do que o exército, que, de certa forma, é demasiado nacional. Para mais informações, cf. BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O fenômeno totalitário*. Belo Horizonte – São Paulo: Itatiaia – EDUSP, 1990. Especialmente o segundo e terceiro capítulos.

¹⁰ Essa concepção é reproduzida no *Manifesto Comunista*, quando Marx e Engels afirmam: “O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe (MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007).

tanto em termos intelectuais quanto morais. Diante de tal fato, na política devemos, ao máximo, preparar-nos para o pior, embora devamos empenhar-nos, ou até torcer, para obter o melhor. Empregar esforços políticos na tentativa de conseguir representantes competentes ou excelentes é mero devaneio caso não estabeleçamos institucionalmente formas de controlar o aparato governamental:

Anyone who believes in the legitimacy of the first question [Quem deve governar?] will answer with a ‘theory of (unchecked) sovereignty’, on the grounds that the holder of power cannot be controlled because political power is by its nature free of restraint (OS I:121), and that it should therefore be in the hands of the person or group best able to create a good and reliable system of government. But things appear differently for those in charge of public affairs are liable to mistakes and shortcomings. If this is true, we will want to have forms of power and institutional control to offset the powers of the rulers, in accordance with the theory of checks and balances (OS I: 122).¹¹

Destarte, de acordo com Popper, há, além de meras opiniões pessoais, uma via lógica que pode ser seguida a fim de se demonstrar a incoerência de qualquer formulação específica da teoria da soberania. Essa alternativa pode ser expressa em distintas formas, todas análogas, para combater a teoria de que “os mais sábios devem governar” ou de que “o governo exercido pelos melhores é o ideal”. A considerada pelo nosso autor volta-se contra uma versão muito ingênua tanto do liberalismo quanto da democracia, i.e., o princípio de que “todo mundo deve governar”, e assemelha-se ao “paradoxo da liberdade” – do qual, inclusive, Platão fez uso originalmente com sucesso. Vejamos.

Quando critica a democracia e a ascensão do tirano, Platão acaba por levantar uma importante questão: o que acontece se o povo quiser deixar o governo nas mãos de um tirano? Dessa forma, o homem livre pode exercer uma absoluta liberdade, que o leva tanto a desafiar as leis quanto a própria liberdade apelando à tirania.¹² Segundo Popper, isso não é uma possibilidade absurda e, dentro da história, já ocorreu, colocando em uma situação delicada os democratas que adotavam como base suprema de suas

¹¹ CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*, p. 62, grifos da autora.

¹² Um trecho de *A República* (563 d-e) ilustra muito bem esse ponto: “[...] bem compreendes como dá em tornar a alma dos cidadãos tão melindrosa que, se alguém lhes impõe um mínimo de submissão, se agastam e não o suportam; acabam por não se importar nada com leis escritas ou não escritas, como sabes, a fim de que de modo algum tenham quem seja senhor deles” (PLATÃO. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 395).

motivações políticas o princípio de que a maioria deve governar.¹³ Tal situação deu-se pelo fato de esses democratas oporem-se a qualquer governo que não seja o pautado em decisões majoritárias; mas, por outro lado, acabam eles fadados a aceitar qualquer decisão tomada pela maioria; incluindo, portanto, contra os seus princípios, a de ter um governo tirano. Bryan Magee (1930-2019) questiona: qual medida a ser tomada quando a maioria leva ao poder, por meio de sufrágio, um partido como o fascista ou o comunista, que não creem em instituições livres e quase sempre as destroem ao alcançarem o poder? Em tal caso, o defensor da escolha do governo através do voto majoritário encontra-se diante de um demasiado inquietante dilema: toda tentativa de evitar a conquista do poder pelo partido comunista ou fascista significa agir contrariamente aos princípios anteriormente aceitos; no entanto, se aqueles partidos obtiverem o poder, fíndar-se-á a democracia.¹⁴ Assim, todos os que exigem o controle institucional dos governantes e, claro, o direito de escolha e renovação dos nossos representantes por via do voto majoritário, devem, de acordo com o filósofo, fundamentar suas exigências em mais sólidos alicerces do que em uma teoria da soberania que se mostra incompetente tanto no quesito empírico quanto no quesito lógico:

Platão, como vimos, chegou perto de descobrir os paradoxos da liberdade e da democracia. Mas ele e seus seguidores não viram que todas as outras formas da teoria da soberania dão margem a incoerências análogas. *Todas as teorias da soberania são paradoxais*. Por exemplo, podemos ter escolhido “o mais sábio” ou “o melhor” como governante. Em sua sabedoria, porém, “o mais sábio” pode constatar que não ele, e sim “o melhor”, deve governar, e “o melhor”, em sua bondade, talvez decida que “a maioria” deve governar. Até mesmo a forma da teoria da soberania que exige “o império da lei” está sujeita à mesma objeção. Isso foi percebido desde muito cedo, como mostra um comentário de Heráclito: “A lei também pode exigir que a vontade de Um Homem seja obedecida.”¹⁵

¹³ Um exemplo é a instauração, nos anos 30, do regime nazista na Alemanha que, inclusive, seduziu referências intelectuais da época, tais como os filósofos Martin Heidegger (1889-1976) e Carl Schmitt (1888-1985). Em contraste ao que pode-se comumente ter em conta, a ideologia totalitária moderna dificilmente pode contentar-se com o nacionalismo *tout court*. Este, quando não se configura como pura expressão do ressentimento, liga-se à ideia de missão nacional, ideia de forte apelo emocional; porém desprovida da “sedução científica” que a ideologia exige e como pretende possuí-lo o presunçoso racionalismo marxista e o racismo nazista. Este convencendo multidões ao apoiar-se em suas ditas bases “antropobiológicas” e “experimentais” (BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O fenômeno totalitário*).

¹⁴ MAGEE, B. *As ideias de Popper*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1974.

¹⁵ POPPER, K. R. “Os paradoxos da soberania”, p. 314-15, grifos do autor. O fragmento citado por Popper, conforme informa a nota 6 ao referido capítulo, é B33 in DIELS, H; KRANTZ, W. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. 5ª ed. 1964. Anthony Quinton (1925-2010) observa que os princípios de soberania irrestrita podem ser considerados paradoxais em um mui moderado sentido. Ele exemplifica por

Sendo assim, de acordo com Popper, é possível desenvolver uma teoria do controle democrático que não provenha de alguma doutrina da “bondade” ou “honradez” de um governo eleito pela maioria, mas da vileza do despotismo. O maior afã de sua nova proposta é evitar e resistir à tirania.

Para isso, é importante que distingamos dois tipos principais de governo. O primeiro consiste em governos dos quais podemos livrar-nos sem derramamento de sangue ou apelo à violência. As instituições, nessa modalidade, proporcionam meios pelos quais os governantes podem ser destituídos pelos governados – um deles são as eleições periódicas. O segundo tipo consiste em governos em que os governados só podem estar livres por meio de uma revolução bem sucedida – ou mesmo não têm como se livrarem. Popper sugere o termo “democracia” para qualificar o primeiro tipo e “ditadura” para o segundo.¹⁶

Estabelecendo esses dois rótulos, diz Popper que poderemos asseverar que “[...] o princípio de uma política democrática é criar, desenvolver e proteger as instituições políticas destinadas a evitar a tirania”.¹⁷ Por outro lado, esse princípio não implica a obrigação de que algum dia implantemos instituições de tal natureza que sejam impecáveis ou infalíveis; ou que as medidas tomadas por um governo democrático sejam sempre adequadas ou corretas. Está implícito, portanto, que até mesmo a adoção de uma política ruim em uma democracia é preferível a uma tirania, desde que possamos trabalhar por uma mudança pacífica. Nessa ótica, a teoria da democracia não se estriba no princípio de que “a maioria deve governar”; pelo contrário, os vários métodos igualitários de controle do governo democrático, como as eleições ou a democracia parlamentar, não devem ser consideradas nada além de salvaguardas institucionais que foram bem testadas; em que diante de difusa escalada da tirania

meio de um paradoxo inteiramente lógico: o do “mentiroso”. Considerando-se a assertiva “Esta declaração é falsa” em que a expressão “Esta declaração” concerne à própria declaração da qual faz parte, vemos que, ao admitirmos sua veracidade, podemos concluir que é falsa. Por outro lado, quando a supomos falsa, somos obrigados a concluir que é verdadeira. Ao ver do filósofo, um princípio de soberania irrestrita nem mesmo chega a impor sua própria falsidade: “[...] se o soberano declara que uma outra pessoa deveria ser o soberano, é esta outra pessoa, e não ele, que deveria ser o soberano” (p. 198). Sendo assim, seria de maior razoabilidade não chamar tais princípios de meramente “paradoxais”, mas de “potencialmente autorrefutáveis” (QUINTON, A. “Karl Popper: Política sem essência”).

¹⁶ No capítulo 10 de *A sociedade aberta e seus inimigos*, Popper afirma que, em contraposição a uma sociedade mágica, tribal ou coletivista, a sociedade democrática caracteriza-se pelo fato de os indivíduos serem confrontados com decisões pessoais. Reconhece-se a responsabilidade pessoal racional. As decisões pessoais podem conduzir à alteração de tabus ou mesmo de leis políticas que perderam o caráter de tabus (POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Tradução de Milton Amado. v. 1. Belo Horizonte – São Paulo: Itatiaia – EDUSP, 1974).

¹⁷ POPPER, K. R. “Os paradoxos da soberania”, pp. 315-16.

devam ser razoavelmente eficazes para neutralizá-la. Sempre sendo passíveis de melhora e capazes de fornecer métodos para o próprio aprimoramento:

‘O ponto merecedor de ênfase é o de que ele vê a democracia em termos de preservação de certos tipos de instituição [...]. Popper quer ver preservadas, especialmente, as instituições que efetivamente possibilitem ao governado criticar os governantes e vê-los substituídos, sem derramamento de sangue. Não limita essas instituições às que possibilitam a eleição dos governantes pela maioria dos governados, pois que essa maneira de ver conduziria ao que ele chama de “o paradoxo da democracia”¹⁸.

Como resultado, quem aceita o princípio da democracia não tem a obrigação de encarar o resultado de uma votação democrática como uma expressão bem fundamentada daquilo que é correto. Ainda que possamos aceitar a decisão da maioria, podemos sentir-nos livres para combater esse resultado, por meios também democráticos, e trabalhar por sua revisão.¹⁹ Os argumentos sob os quais se estribam a crítica de Popper à concepção de que, quanto a questões políticas, podemos estabelecer e preservar determinado tipo de sociedade é a mesma que apoia sua crítica quanto a concepção de que a ciência pode, ou mesmo deve, estabelecer e preservar determinado tipo de conhecimento ou arcabouço teórico. Ciência, na ótica popperiana, equivale a método científico, aliando-se a regras de como tal método deve ser encarado, assim como política é método político. Em ambos, devemos utilizar, com doses de imaginação e sentimento, um constante processo de realimentação, i.e., propor novas ideias e submetê-las a um rigoroso procedimento de eliminação de erros, amparado pela experiência. Caso em um dia o voto majoritário traga a destruição das instituições democráticas, esse abalo mostrará que não existem métodos infalíveis para evitar a eclosão da tirania. Por outro lado, isso não será motivo para desistir-se de combatê-la e nem denunciará a teoria como incoerente.

3. O monopólio do poder como uma subversão epistêmica

Ao longo da discussão precedente, vimos que a maior fragilidade da teoria da soberania assenta-se na concepção de que todos aqueles que simples e ingenuamente perfilam a soberania de uma maioria para governar ficam sujeitos a depararem-se com

¹⁸ MAGEE, B. *As ideias de Popper*, pp. 79-80.

¹⁹ Essa abordagem é denominada por Popper, em filosofia, como “racionalismo crítico” e, em política, engenharia social fragmentária – ou mecânica social gradual (MAGEE, B. *As ideias de Popper*).

paradoxos por conta de decisões por ela tomadas, inclusive a opção por dar poder a um tirano. A concepção popperiana, diferentemente, entende a democracia não por esse vago conceito de “governo do povo”, mas como um conjunto de instituições que permitam o controle público dos governantes pelos governados; dando o direito a esses últimos a fazerem reformas sem apelo à violência.

Tamanha exigência e preocupação reflete o forte contorno crítico da epistemologia popperiana que, ao rejeitar a gnosiologia justificacionista, busca evitar toda concepção dogmática das nossas pretensões de conhecimento. O mesmo se estende ao âmbito da teoria política, em que os intentos de Popper – como falamos, “ciência” identifica-se a “método científico” e “política” a “método político” – consistem em alertar e propor caminhos para evitar qualquer monopólio do poder. Essas tentativas de monopolização do poder político, sejam autoritárias ou totalitárias, encarnam a ideologia previamente apregoada, apresentando-se como capazes, e únicas de remodelarem um presente quadro social ou encaminharem a um reino soteriológico.²⁰ Gustavo Caponi expressa, precisamente, a articulação entre esses dois pilares da filosofia de Popper:

A teoria do método é somente o capítulo mais desenvolvido da filosofia popperiana; mas, além desse modo de entender a epistemologia, nosso autor também propôs um modo peculiar de entender a filosofia política que ficou esboçado em *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*. Assim, enquanto a epistemologia aparece ocupada em definir uma normativa que inviabilize qualquer “monopólio da verdade”, a filosofia política aparecerá ocupada em definir regras e modos de proceder em relação ao político que inviabilizem qualquer “monopólio do poder”. Neste sentido, Popper é o Anti-Maquiavel e um epítome de sua filosofia política poderia intitular-se e subtítular-se [sic]: *O Súdito* (estratégias para o controle e a limitação dos poderes).²¹

A origem desse contorno da filosofia popperiana situa-se, como muito bem observa Alberto Oliva, “Nos antípodas da Tradição Racionalista”.²² Assim sendo, o eloquente passo rumo à elaboração de uma epistemologia modesta foi dado com a obra

²⁰ Partilhamos da posição de Alain Besançon, conforme exposta e analisada em *O fenômeno totalitário*, i.e., de que a ideologia não seria uma entre outras características do totalitarismo, e, sim, sua geradora. De acordo com o historiador francês, relata Roque Spencer Maciel de Barros, a ideologia não é um meio para o totalitarismo. O totalitarismo que é a consequência ou encarnação social da ideologia – cronológica e logicamente primeira (BARROS, Roque Spencer Maciel de. *O fenômeno totalitário*).

²¹ CAPONI, G. “Karl Popper e a filosofia clássica alemã”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*. Julio Cesar R. Pereira (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 44, grifos do autor.

²² OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993. p. 14.

de David Hume (1711-1776).²³ Em Hume, a problemática das limitações da razão consiste no intento de demonstrar que os procedimentos generalizadores por demais empregados na lida com questões empíricas são carentes de um confiável embasamento epistemológico.²⁴ Tal empreendimento encontra-se na base da epistemologia objetiva e falibilista de Popper. A apologia do princípio de que todas as nossas formulações teóricas encontram-se sujeitas a serem contraditadas pelos fatos mostrou-se de decisiva importância para a elaboração de uma gnosiologia negativa. Se, inclusive, conexões longamente observadas entre fenômenos encontram-se suscetíveis de admitirem descontinuidades em seus modos de ser, então, “[...] aquilo que hoje é objeto de conhecimento *pode sempre ser diferente*”.²⁵

De tal maneira, ao recusar o justificacionismo e amparar-se em seu anti-indutivismo, Popper procura evidenciar o quanto sua teoria negativa do conhecimento é demasiado incompatível com o dirigismo estatista; e, muito menos, quando este busca levar a cabo anseios de reestruturações grandiloquentes da esfera social.

A fim de discutir o historicismo, doutrina da qual discorda e desenvolve uma cerrada crítica, Popper julga como útil tratar rapidamente dos métodos que, em sua ótica, foram bem sucedidos. O filósofo austríaco, assim, deixa claro aos seus leitores suas preferências e o ponto de vista do qual subjaz suas críticas. Esses métodos são por ele denominados como “tecnologia de ação gradual”.²⁶

A expressão “tecnologia social” tende a despertar suspeitas e a desagradar aqueles a quem traz lembranças das convicções ou pretensões dos planejadores – coletivistas ou tecnocratas. Ciente desse perigo, Popper adicionou a palavra “gradual”

²³ OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*. Em relação a Hume, temos em mente o seu HUME, D. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Edited with an Introduction and Notes by Peter Millican. Oxford University Press, 2007.

²⁴ Nesse ponto, convém lembrar de uma das passagens mais conhecidas de *A lógica da investigação científica*: "Ora, de um ponto de vista lógico, está longe de ser óbvio que estejamos justificados ao inferir enunciados universais a partir dos singulares, por mais elevado que seja o número destes últimos; pois qualquer conclusão obtida desta maneira pode sempre acabar sendo falsa: não importa quantas instâncias de cisnes brancos possamos ter observado, isto não justifica a conclusão de que *todos* os cisnes são brancos" (POPPER, K. R. "A lógica da investigação científica". In *Popper, Schlick e Carnap*. Tradução e seleção de Pablo Rubén Mariconda. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 263, grifo do autor). Sobre esse tópico sempre fazemos questão de recomendar a obra de Brian Skyrms: *Escolha e acaso: uma introdução à lógica indutiva*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1966. Nela, o leitor encontra uma abordagem minuciosa da lógica indutiva; que, inclusive, não se restringe à inferência de enunciados universais a partir da observação de casos particulares (anotações de experimentos laboratoriais etc.).

²⁵ OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*, p. 15, grifos do autor.

²⁶ POPPER, K. R. "Engenharia social gradativa". In *Karl Popper: textos escolhidos*. David Miller (Org.). Tradução de Vera Ribeiro. Revisão da tradução por César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010. p. 297.

com o intuito de afastar tanto correlações inadequadas quanto para evidenciar seu convencimento de que correções paulatinas, aliadas ao exame crítico, configuram-se como o melhor caminho para alcançar resultados práticos, seja nas ciências naturais ou sociais. De tal maneira, em considerável parte, as ciências sociais desenvolveram-se por via de críticas feitas a propostas de melhoria social ou, com maior exatidão, por meio de tentativas de corroborar a proficuidade de dada ação econômica ou política em relação aos resultados delas esperados.²⁷ É nessa abordagem clássica que Popper estriba-se ao referir-se à tecnologia social gradual.

Sem que nos adentremos ainda mais nas discussões de Popper acerca do papel das ciências sociais teóricas, o que nos demandaria outro trabalho, a base da tecnologia social gradual, dentro do que apontamos, encontra-se no reconhecimento de que nenhuma mente singular é capaz de conhecer mais do que um recorte de todo o conhecimento disponível no meio social – este, disperso entre inúmeros intelectos.²⁸ Destarte, cada um de nós possui acesso a um diminuto conhecimento dos mecanismos que movimentam a realidade. A conclusão extraída é que se pouco é o conhecimento que detemos, modestas devem ser as nossas pretensões políticas ou transformantes quanto a nossa sociedade. A apresentação de propostas que busquem atenuar males prementes, submetidas a intenso escrutínio intersubjetivo, ganha relevo seja em relação ao governo soberano e centralizado, que se julga detentor da Verdade capaz de modificar o quinhão de seus súditos, levando-os ao paraíso, seja em relação a pretensões revolucionárias de remodelagem da ordem social; que visam derrubar todas as instituições sociais a fim de que o sonho demiúrgico converta-se em um fato.

No entanto, isso não significa que Popper negue que o planejamento seja necessário: entendendo-o como o complexo de decisões correlacionadas com a alocação dos recursos disponíveis, concebe-o que não seja centralizado para o sistema

²⁷ Em seu ensaio *Rumo a uma teoria racional da tradição*, Popper comenta: “Na medida em que essas pessoas agem no sentido em que desejam, alcançando os fins a que se propõem, não se coloca nenhum problema para as ciências sociais – exceto o problema de saber se seus objetivos e impulsos podem ser explicados socialmente, por certas tradições, por exemplo. Os problemas característicos das ciências sociais só aparecem em função do nosso desejo de conhecer *as consequências não almejadas* das nossas ações – especialmente *as consequências que queremos evitar*. Desejamos prever não só as consequências diretas do que fazemos, mas também as consequências indiretas e não desejadas. Por que razão? Ou por curiosidade científica ou porque queremos estar preparados para enfrentá-las – para evitar que se tornem muito graves (O que significa, por sua vez, novas ações, e consequentemente novos efeitos imprevistos)” (POPPER, K. R. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 151, grifos do autor).

²⁸ OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*. Popper credits essa observação a Friedrich Hayek (1899-1992). O economista e filósofo austríaco a apresentou em *Collectivist Economic Planning*, obra de 1935.

econômico, mas dividido entre a miríade de indivíduos.²⁹ Se, por um lado, a planificação é apta para coagir os indivíduos a agirem de acordo com a vontade do governo centralizado, é inviável para essa modalidade de governo acumular todo o conhecimento disperso entre as variegadas mentes individuais. As razões invocadas, portanto, são decisivamente epistêmicas.

De tal forma, estando o conhecimento disperso entre os indivíduos e se todo enfoque por nós aplicado ao fluxo potencialmente infinito da experiência sempre haverá de ser seletivo, inclusive ao fazer-se ciência, não há como se ostentar a posse de um conhecimento acerca do completo funcionamento dos mecanismos sociais. Como corolário, não há indivíduo ou grupo capaz de, alegando adequado conhecimento, exercer um perfeito papel de planejador ou demiurgo regulador das instituições sociais. Portanto, boa parte do que o engenheiro social concebe como imperfeição funcional das instituições não subservientes de uma autoridade central é decorrência de uma gama de saberes dispersos e da diversidade de projetos que os cidadãos podem acalantar vivendo em um regime de plena liberdade. Subjugar essa multiplicidade a uma planificação centralizada só é possível, portanto, por via de um projeto autoritário de poder que busca regulamentar ações e, assim, atenuar a riqueza de perspectivas epistemológicas, existenciais e de competitividade no mercado; e, ademais, reduzir os indivíduos a meros dentes de sua engrenagem.

4. Considerações finais

Tendo em vista a exposição que acabamos de fazer, vale ressaltar a importância do contraste entre a abordagem utópica e entre a holística para a preocupação popperiana do controle institucional dos governantes.³⁰ Enquanto o adepto do método gradual pode atacar com modéstia e maior precisão o problema do alcance da reforma a qual propõe, o holista não dispõe dessa condição, dado que decidiu preliminarmente por uma remodelagem completa da sociedade – a seus olhos, possível e necessária.³¹ Essa

²⁹ A esse propósito, Alberto Oliva em seu *Conhecimento e liberdade: individualismo x coletivismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. 1ª ed. realiza um estudo das bases filosóficas de um liberalismo ético-político. O autor apresenta uma cerrada crítica de abordagens holistas ou coletivistas no âmbito da teoria social ao mesmo tempo em que rechaça o individualismo naturalista – que entendemos como a visão de que o indivíduo seja como um átomo que, apenas por si, é capaz de causar reações em cadeia ou modificações na estrutura social.

³⁰ POPPER, K. R. “Engenharia social gradativa”. In *Karl Popper: textos escolhidos*.

³¹ Francisco de Araújo Santos mostra-nos que toda atitude intelectual engloba, de um lado, uma imagem de como o mundo nos parece no momento e, por outro, uma ideologia sobre a natureza dessa visão –

disparidade possui consequências tamanhas ao desenvolver no utopista – seja este um líder soberano ou grupo – um preconceito contra hipóteses sociológicas que aspiram a um controle institucional – incluindo a acerca da incerteza imbricada no fator pessoal ou humano, em termos cognoscitivos. Essa rejeição apriorística das referidas hipóteses torna a abordagem planejadora e/ou utópica incompatível com os princípios do método científico. De outra parte, os referidos problemas ligados à incerteza do fator humano acabam por forçar o utopista ou planejador a controlar esse fator pela via institucional a fim de abarcar não apenas a remodelação da sociedade, mas, também, a transformação do homem – a criação do homem “novo”. Magee observa que mesmo porque as intenções e objetivos preconizados são ideais, a beligerante falha ao se materializarem originará acusações de que alguém, um grupo, um governo etc. esteja prejudicando os esforços. Em outras palavras, deve haver, “por debaixo dos panos”, alguma sabotagem, interferência estrangeira ou mesmo alguma liderança corrupta. Torna-se preciso encontrar esse inimigo e eliminá-lo imediatamente.

Nesse ponto, o regime revolucionário estará profundamente mergulhado nas consequências não pretendidas de suas ações. Com os inimigos da revolução punidos, os objetivos continuarão, obstinadamente, a não se concretizarem e o grupo dirigente será forçado, cada vez mais, a adotar soluções imediatas para os problemas mais urgentes – o que Popper denomina de “planejamento não planejado”.³² A partir disso, a cisão entre os objetivos declarados e o que está sendo realizado será enorme e os feitos do governo assemelhar-se-ão, cinicamente, aos de governos não utopistas.

O problema político, portanto, reside na questão de como organizar os impulsos humanos de modo que as energias deles se direcionem para os corretos pontos estratégicos, de acordo com o projeto de poder, e guiem o processo demiúrgico na direção desejada. Destarte, parece escapar ao utopista, ou ao ditador benevolente, o fato de que o projeto propugnado indica uma admissão de fracasso antes que seja levado a cabo, uma vez que substitui a demanda de que lutemos por uma sociedade livre, onde homens e mulheres possam viver bem, pela de que “remodelemos” essas pessoas para que se enquadrem nessa nova sociedade ou plano de poder. Tal empreendimento afasta qualquer possibilidade de avaliar-se êxitos e malogros, uma vez que resta admitir aos

imagem, aparência do mundo. Há, assim, uma ótica e uma ética. O autor lista três atitudes frente à mudança sociocultural: a reacionária, a revolucionária e a liberal. Para essa interessante exposição, cf. SANTOS, F. A. *A emergência da modernidade: atitudes, tipos e modelos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. Capítulos I, II e III.

³² POPPER, K. R. “Engenharia social gradativa”, pp. 302-3

que não gostam de viver nessa “nova sociedade” que não estão aptos para tanto ou, mesmo, são inimigos a serem aniquilados ou exilados. Descartada a possibilidade de exame crítico, evapora-se qualquer suspeita de que os planejadores e/ou holistas estejam lidando com métodos científicos. Estes são totalmente incompatíveis com as pretensões divulgadas.

Com todo esse contorno sobre o qual discorreremos, vemos que o racionalismo crítico, quando direcionado à política, não se coaduna com utopias ou ideologias que creem-se detentoras de um presumido sentido, de cunho objetivo, da vida e da história.³³ Todas as preocupações de Popper relacionadas aos problemas da soberania servem para despertar-nos que no campo da filosofia política, entendida esta como, para usar a definição de Anthony de Crespigny (1930-2008) e Kenneth Minogue (1930-2013), “[...] uma inquirição especulativa sobre as premissas das atividades práticas da política”³⁴, a abordagem epistemológica quanto a questões de poder mostra-se por demasiado profícua. A constatação disso, no final das contas, é que a diferença entre liberais e planejadores centrais está no endosso a distintas teorias do conhecimento.³⁵ Os primeiros realçando a relevância da evidência contrária, tendo em vista nossa falibilidade; os últimos a perscrutar a experiência em busca de instâncias confirmadoras de suas constatações e convicções.³⁶

Referências

- BARROS, R. S. M. “Karl Popper: a busca inacabada”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*. Julio Cesar R. Pereira (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. pp. 9-20.
- _____. *O fenômeno totalitário*. Belo Horizonte – São Paulo: Itatiaia – EDUSP, 1990.
- _____. “Razão e racionalidade”. In *Razão e racionalidade: ensaios de filosofia*. Roque Spencer Maciel de Barros (Org.). São Paulo: T. A. Queiroz, 1993. pp. 3-15.
- CAPONI, G. “Karl Popper e a filosofia clássica alemã”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*. Julio Cesar R. Pereira (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. pp. 21-48.
- CORVI, R. *An Introduction to the Thought of Karl Popper*. Translated by Patrick Camiller. London and New York: Routledge, 1997.
- HUME, D. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Edited with an Introduction and Notes by Peter Millican. Oxford University Press, 2007.

³³ BARROS, Roque Spencer Maciel de. “Karl Popper: a busca inacabada”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*. Julio Cesar R. Pereira (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. pp. 9-20.

³⁴ CRESPIGNY, A; MINOGUE, R. *Filosofia política contemporânea*, p. 13.

³⁵ OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*.

³⁶ A esse respeito, ao leitor interessado indicamos OLIVA, A. “Da atitude crítica à sociedade aberta”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*. Julio Cesar R. Pereira (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. pp. 69-115. Além do excelente livro de Jeremy Shearmur: *The political thought of Karl Popper*. London and New York: Routledge, 1996.

- MAGEE, B. *As ideias de Popper*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1974.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- OLIVA, A. *Conhecimento e liberdade: individualismo x coletivismo*. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- _____. “Da atitude crítica à sociedade aberta”. In *Popper: as aventuras da racionalidade*. Julio Cesar R. Pereira (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. pp. 69-115.
- _____. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.
- PARVIN, P. *Major Conservative and Libertarian Thinkers (Karl Popper)*. v. 14. Edited by John Meadowcroft. Continuum Books, 2010.
- PLATÃO. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- POPPER, K. R. “A lógica da investigação científica”. In *Popper, Schlick e Carnap*. Tradução e seleção de Pablo Rubén Mariconda. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975. pp. 263-384
- _____. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Tradução de Milton Amado. v.1. Belo Horizonte – São Paulo: Itatiaia – EDUSP, 1974.
- _____. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- _____. “Engenharia social gradativa”. In *Karl Popper: textos escolhidos*. David Miller (Org.). Tradução de Vera Ribeiro. Revisão da tradução por César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010. pp. 297-310.
- _____. “Os paradoxos da soberania”. In *Karl Popper: textos escolhidos*. David Miller (Org.). Tradução de Vera Ribeiro. Revisão da tradução por César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010. pp. 311-316.
- QUINTON, A. “Karl Popper: Política sem essência”. In *Filosofia política contemporânea*. Anthony de Crespigny e Kenneth R. Minogue (Eds.). Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. pp. 179-201.
- SANTOS, F. A. *A emergência da modernidade: atitudes, tipos e modelos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- SHEARMUR, J. *The Political Thought of Karl Popper*. London and New York: Routledge, 1996.
- SKYRMS, B. *Escolha e acaso: uma introdução à lógica indutiva*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1966.

Recebido em: 12/03/2020
Aprovado em: 07/05/2020